



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **5 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 23 de janeiro de 2011

| | |
|--|---|
| O ESTADO DE SÃO PAULO SERÁ DIFÍCIL REDUZIR O DÉFICIT COMERCIAL DA INDÚSTRIA VEICULAÇÃO NACIONAL | 1 |
| FOLHA DE SÃO PAULO DILMA QUER ENDURECER RELAÇÃO COM CHINA VEICULAÇÃO NACIONAL | 2 |
| REVISTA ISTOÉ DINHEIRO Ministro das comunicações quer incentivo fiscal para tablets VEICULAÇÃO NACIONAL | 4 |
| AGORA SÃO PAULO DILMA VAI ENDURECER COM A CHINA VEICULAÇÃO NACIONAL | 5 |
| ROMA NEGÓCIOS / NOTÍCIAS O desenvolvimento do Amazonas e a Teoria da Dependência VEICULAÇÃO NACIONAL | 6 |

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO SERÁ DIFÍCIL REDUZIR O DÉFICIT COMERCIAL DA INDÚSTRIA | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

O déficit comercial da indústria (diferença entre **importações** e **exportações**) aumentou de US\$ 14,3 bilhões, em 2008, para US\$ 16,4 bilhões, em 2009, chegando a US\$ 36,9 bilhões em 2010 - 125% a mais num único ano, segundo dados do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**. A perda de competitividade dos manufaturados brasileiros foi rápida e não há, a curto e médio prazos, perspectivas de reversão da tendência.

Não faltam explicações para a deterioração da balança comercial da indústria: no segmento siderúrgico, por exemplo, as **importações** aumentaram 84% entre 2008 e 2010 por causa da alta dos investimentos, segundo o jornal Valor. No setor químico, petroquímico e farmacêutico, a evolução das compras externas foi de 29,8%, por causa da alta dos preços do petróleo e à demanda de matérias-primas e medicações não produzidas no País. As **importações** de eletroeletrônicos e informática avançaram 15,7% em decorrência da mudança de comportamento do consumidor, que demanda bens tecnologicamente sofisticados.

Até a indústria de média e baixa tecnologia apresentou déficit no **comércio**, mostrou matéria de Raquel Landim, no Estado.

A valorização do real é a causa principal da tendência, pois estimula a aquisição de bens **importados**, como veículos. Nesse segmento, incluídas máquinas agrícolas e motos, a

importação foi 10% maior e o câmbio foi um fator decisivo para o consumidor.

Novas empresas ascenderam ao ranking das maiores **importadoras**, como a petroquímica Braskem (que ocupava a 27.º posição, em 2008, e passou à segunda posição, no ano passado); as siderúrgicas Arcelormittal, do 127.º para o 17.º lugar; a Thyssenkrupp CSA, do 106.º para o 15.º posto; e a Fiat, da 28.º para a 13.º posição.

"O **Brasil** começou a **importar** todo o espectro de produtos", notou a pesquisadora do Ibre Lia Valls. E o receituário para aumentar a competitividade das **exportações** é conhecido, incluindo investimentos em infraestrutura para reduzir o custo de logística, desoneração tributária da **produção** e acerto de contas com **exportadores** beneficiados por incentivos fiscais, mas que não receberam a compensação, além de juros compatíveis com os praticados no exterior. O governo sabe o que fazer - por exemplo, o ministro Fernando **PIM**entel estuda criar incentivos para enfrentar a concorrência chinesa. Mas, até agora, pouco foi feito: a infraestrutura é ruim e predominou o temor de desonerar a **exportação** e perder receita. A melhor notícia é o reconhecimento da gravidade do problema.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO DILMA QUER ENDURECER RELAÇÃO COM CHINA | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Plano prevê raio-X de produtos sensíveis, comitê para tratar de problemas e reforço da embaixada em Pequim Itamaraty admite elevar o tom em algumas áreas e cobrar mais apoio, por exemplo, para vaga no Conselho de Segurança

Jiang Guohong/Imaginechina

Aeronave da Embraer no pátio da fábrica que acompanha brasileira mantém na cidade de Harbin, na China ,em joint venture com a indústria local NATUZA NERY SIMONE IGLESIAS

LEILA COIMBRA

DE BRASÍLIA

Entusiasta do modelo de **desenvolvimento** chinês e leitora contumaz das dinastias que dominaram o passado milenar da potência asiática, a presidente Dilma Rousseff quer tirar mais da China do que fez qualquer um de seus antecessores.

Ela encomendou à sua equipe uma estratégia para impulsionar a diplomacia sino-brasileira; um plano que reflita posições do governo, não somente do Itamaraty.

Quer ampliar parcerias, mas autorizou seu **Ministério** a endurecer no front comercial e, quando possível, selecionar investimentos que venham de lá.

A estratégia brasileira em discussão indica um reposicionamento do jogo diplomático em relação a Pequim.

Até mesmo o Itamaraty admite elevar o tom em algumas áreas e cobrar mais apoio do aliado em embates internacionais.

Não está claro, porém, se a cobrança se estenderá à defesa dos direitos humanos.

O **Ministério** do **Desenvolvimento** já prepara um raio-X de produtos domésticos e setores da economia prejudicados pelos baixos preços dos "made in China".

Dilma Rousseff sugeriu a criação de um comitê exclusivo para tratar de problemas e potenciais oportunidades de negócios.

O governo pretende ainda reforçar sua representação na nação mais populosa do mundo (1,3 bilhão de habitantes) e deve elevar o número de diplomatas atuando lá.

Hoje, são 12, mas poucos fluentes em mandarim. O novo chanceler, Antonio Patriota, tenta sair dessa estatística: toma aulas semanais para aprender a língua.

Outro objetivo, mais difícil, é obter apoio por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Lula jamais arrancou esse compromisso de Hu Jintao.

Quando o presidente Barack Obama convidou Dilma para visitar os EUA em dezembro, ela disse a assessores: "Se for, vou à China também". A petista desembarca em Washington em março.

Em abril, em Pequim, onde participa da reunião com os emergentes que integram os Brics (Rússia e Índia).

Integrantes do novo governo reclamam da ausência de um plano de aproximação na gestão anterior, apesar de reconhecerem o incremento substancial no **comércio** entre as duas nações.

Foram US\$ 30,8 bilhões **exportados** pelo **Brasil** em 2010. Na outra mão, o **Brasil** comprou US\$ 25,6 bilhões dos chineses no ano passado. Logo, tem um saldo favorável de US\$ 5,2 bilhões.

"Acho que a Dilma vai privilegiar mais o interesse nacional", diz o economista Roberto Giannetti da Fonseca, da Fiesp.

MEDIDAS

Segundo a Folha apurou, Dilma não pretende entrar em batalhas com a China contra a desvalorização do yuan. Julga mais eficaz atacar no front comercial.


Pode, com isso, lançar mão de algumas medidas: salvaguardas para setores sob risco; processos mais rápidos antidumping; nacionalização de cadeias produtivas; imposição de barreiras técnicas e até o estabelecimento de cotas para a entrada de produtos chineses.

Os investimentos de estatais chinesas no **Brasil** serão avaliados para não impor riscos ao **mercado** nacional.

O Planalto quer dificultar o avanço da nação asiática no setor de mineração.

Hoje, o governo brasileiro não sabe quantas jazidas de minério de ferro já estão em mãos chinesas. Dilma quer ver o

novo código da mineração enviado ao Congresso e aprovado neste ano.

| | | | |
|--|---|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO | | EDITORIA |
| | TÍTULO Ministro das comunicações quer incentivo fiscal para tablets | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Paulo Bernardo diz que vai se reunir com o ministro do Desenvolvimento para tratar da inclusão dos tablets no mesmo regime fiscal dos computadores

Por Rodrigo Caetano

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, propôs a inclusão dos tablets no mesmo regime fiscal dos computadores. Bernardo deve se reunir com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, na semana que vem, para tratar do assunto.

Desde 2006, os fabricantes de computadores, impressoras e roteadores contam com desconto nas alíquotas de impostos, como PIS e COFINS, por conta da chamada MP do Bem, medida provisória que tem como objetivo incentivar a inclusão digital. Em 2009, a MP foi prorrogada até 2014.

Segundo o ministro, ainda falta conversar com os fabricantes para definir que tipo de incentivo será dado, mas, não deve ser muito diferente do que atualmente se faz com a indústria de computadores. “Para os PCs a política fiscal funcionou muito bem. Ficamos de avaliar a possibilidade de

incluir os tablets nela”, afirmou Bernardo, durante encontro com jornalistas na Campus Party, evento de tecnologia que acontece esta semana em São Paulo.

Além da questão dos tablets, o ministro das Comunicações falou também sobre a revisão do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) da telefonia fixa. Ele afirmou que foi procurado pela operadora de telecomunicações Oi para tratar do assunto e prometeu para fevereiro ou março alguma definição.

O PGMU deve andar junto com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), na visão do ministro. “O plano de metas não inclui a banda larga, mas acredito que a infraestrutura usada na telefonia é a mesma da banda larga. Vamos colocar tudo na mesa e negociar”, afirmou Bernardo.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO AGORA SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO DILMA VAI ENDURECER COM A CHINA | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

BRASÍLIA -- Entusiasta do modelo de desenvolvimento chinês, a presidente Dilma Rousseff quer tirar mais da China do que fez qualquer um de seus antecessores.

Quer ampliar parcerias, mas autorizou seu Ministério a endurecer no front comercial e, quando possível, selecionar investimentos que venham de lá.

O Ministério do Desenvolvimento já prepara um raio-X de produtos domésticos e setores da economia prejudicados pelos baixos preços dos "made in China".

Dilma Rousseff sugeriu a criação de um comitê exclusivo para tratar de problemas e potenciais oportunidades de negócios.

O governo pretende ainda reforçar sua representação na nação mais populosa do mundo (1,3 bilhão de habitantes) e deve elevar o número de diplomatas lá. Hoje, são 12, mas poucos fluentes em mandarim. O novo chanceler, Antonio Patriota, tenta sair dessa estatística com aulas semanais para aprender a língua.



| | | |
|--|-------------------------|------------------------|
| VEÍCULO ROMA NEGÓCIOS / NOTÍCIAS | EDITORIA | |
| TÍTULO O desenvolvimento do Amazonas e a Teoria da Dependência | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

O estado do Amazonas tem capital humano, pesquisa, ciência, tecnologia, educação e inovação, tudo para elevar o ritmo de desenvolvimento.

A Teoria da Dependência foi desenvolvida na década de 50 do século passado. Portanto, na mesma época da criação da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**, que foi criada em 1957. De acordo com a Teoria da Dependência, fortemente incentivada na época pelo Diretor da Comissão Econômica Para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL), Raul Prebisch, o crescimento econômico dos países mais industrializados não se verificava nos países mais pobres. De uma forma dinâmica, as economias mais desenvolvidas utilizavam-se das matérias-primas dos países periféricos para se desenvolverem (PAIVA, 2006).

A partir dessa constatação, a Teoria da Dependência apontava alguns caminhos para que os países pobres iniciassem o crescimento: a. providenciar a substituição das **importações** dos produtos dos países mais industrializados; b. continuar a **exportação** de produtos primários; c. construir uma base industrial.

No entanto, “em junho de 1999, o jornalista, historiador e doutor em ciência política Jorge Caldeira publicou um livro por meio do qual buscou explicar o **pífio desenvolvimento** brasileiro no transcurso do século XIX. Ao longo daquele século, a economia brasileira, que era provavelmente a mais próspera de toda América, havia se transformado em uma economia que representava apenas uma décima parte do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos” (PAIVA, 2006, p. 5). Esse fraco desempenho não foi consequência de atividades e desempenho de economias externas e desenvolvidas, mas resultante de ações da elite econômica e governantes brasileiros, os quais deliberadamente optaram por uma política excludente dos interesses da maioria da população brasileira, enquanto criava vantagens para u’a minoria desinteressada no progresso do País. Logo, explicar o baixo crescimento econômico e o **subdesenvolvimento** socioeconômico, a partir das relações econômicas com o **mercado** externo onde os países mais industrializados seriam os mandantes, não representava a totalidade das causas das diferenças entre o ritmo e a qualidade do crescimento

econômico dos países pobres diante dos países mais industrializados, mais avançados economicamente.

Fiz questão de retomar as noções gerais do funcionamento da Teoria da Dependência, apesar da distância de meio século da sua concepção, somente para relacionar com o que acontece no estado **Amazonas** há mais de quatro décadas. Inserido na região Amazônica, o nível mediano do **desenvolvimento** socioeconômico do **Amazonas** não pode ser creditado a fatores externos (nacionais e internacionais), bem como não pode acreditar que o Polo Industrial de **Manaus** sozinho continue eternamente como o motor de produtividade, progresso e **desenvolvimento** do estado. Os princípios da Teoria da Dependência podem, mas não devem se constituir em parâmetros para explicar e compreender a dinâmica do **desenvolvimento** amazonense.

A visão capitalista clássica aponta as seguintes características de modernização econômica como fundamentais para o rompimento do ciclo da pobreza dos países: tecnologia, base industrial, estabilidade política, um sistema político e jurídico que garanta o império da lei, educação e valores capitalistas. Foi assim que se concebeu a Teoria da Modernização, segundo a qual, “para se modernizar e desenvolver, os países mais pobres necessitavam basicamente ser apoiados pelos países ricos por meio de tecnologia e de assessoria técnica, econômica e política, a fim de desenvolver uma cultura capitalista favorável ao crescimento econômico” (PAIVA, 2006, p. 7).

Ano de 2011, século XXI, globalização econômica, aquecimento global, integração produtiva do **Mercosul**, macrozoneamento econômico da **Amazônia**, o mundo interage e se integra cada vez mais. O **Brasil** buscou e consolidou a sua industrialização, substituiu as suas **importações** e atualmente **exporta** da soja até aeronaves altamente sofisticadas. Porém, o nível de **desenvolvimento** ainda deixa a desejar em relação aos países mais avançados economicamente. A vida diária da maioria dos brasileiros melhorou muito em relação ao que era nos anos 1960, mas o caminho para o **desenvolvimento** socioeconômico elevada ainda é muito longo.

Estudar, ler, discutir e compreender melhor os conteúdos das teorias da dependência e da modernização revelam-se em ações de grande significado àqueles que pretendem contribuir mais ativamente com o **desenvolvimento** do estado do **Amazonas**, para não correr o risco de eximirem-se de responsabilidades e creditarem a falta de dinâmica e o baixo crescimento social e econômico do estado a agentes externos, como se estivessem constantemente ressuscitando a Teoria da Dependência.

E para finalizar este texto, recorro a uma informação **importante**, também escrita por Paiva (2006, p. 9): “na verdade, a riqueza é criada pelo trabalho e pela iniciativa das pessoas, o que provoca um constante crescimento global da economia mundial. A prova desse crescimento é que a riqueza do mundo se expandiu cinco vezes nos últimos 50 anos do século XX”. Assim, pode-se entender que a inteligência, o

trabalho e o empreendedorismo de cada um que habita o **Amazonas** têm importância significativa no crescimento e no **desenvolvimento** do **Amazonas** que, por sua vez, também contribuirá para o **desenvolvimento** mundial. Esperar que somente o **Governo Federal**, através dos incentivos fiscais e dos seus programas e políticas públicas indique o ritmo do **desenvolvimento** regulado pelo faturamento do Polo Industrial de **Manaus** significa, além de ingenuidade, comodismo histórico.

REFERÊNCIAS

ECEME. Revista Padece-me, Número 12 (segundo. quadrim. 2006) — Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2006.

<http://blogs.d24am.com/educonomia> / Por Evandro Brandão Barbosa